



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo.

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS-GOLPE DE 2016

Fabiana Giannetti Duarte¹
Maria Cristina De Oliveira²

Resumo: O presente artigo parte de um estudo bibliográfico e de campo, tendo como objetivo analisar o impacto do governo Temer no Sistema Único de Assistência Social perante o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. O trabalho encontra dividido em dois itens, sendo, um breve histórico do processo do Golpe de 2016 e suas expressões no SUAS, partindo da demanda observada no cotidiano profissional no município de Taquarituba-SP. Portanto, analisa-se ser imprescindível assegurar a responsabilidade pública pelo Sistema Único de Assistência Social e a mobilização da categoria profissional contra o desmonte das garantias de direito conquistadas até o presente.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social; Golpe; Serviço Social.

Abstract: The present article is based on a bibliographical and field study, with the objective of analyzing the impact of the Temer government on the Unified Social Assistance System before the dismantling of social and labor rights. The work is divided in two items, being a brief history of the process of the 2016 Coup and its expressions in SUAS, starting from the demand observed in the professional daily life in the city of Taquarituba-SP. Therefore, it is analyzed that it is fundamental to ensure public accountability for the Single Social Assistance System and the mobilization of the professional category against the dismantling of the legal guarantees conquered until the present.

Keywords: Single System of Social Assistance; Coup; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O impacto do Golpe 2016 no Sistema Único de Assistência Social como é notório, provocou retrocessos. A repercussão do Governo Temer no cotidiano profissional de atuação no interior do Estado de São Paulo revela o impacto do golpe com o crescente aumento de solicitações de benefícios eventuais após o ano de 2016.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <fabiana.giannetti@yahoo.com.br>

² Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sobre os retrocessos do Governo Temer podemos apontar os desmontes de Programas Sociais (redução nos aportes do Programa Minha Casa Minha Vida, fim da Farmácia Popular e Ciência sem Fronteiras); congelamento dos investimentos públicos por 20 anos; Reforma do Ensino Médio; Reforma Trabalhista (desmonte da CLT); implantação do Programa Criança Feliz; Reforma da Previdência, a Proposta de emenda constitucional (PEC 241/2016) e o Projeto de Lei da terceirização (PL 4302/98) em todas as áreas das empresas.

No contexto da atuação profissional como assistente social no CRAS 13 de Maio no município de Taquarituba/SP, pode-se constatar a crescente demanda de concessões de benefícios eventuais pela Coordenadoria Municipal de Ação Social do município durante os anos posteriores a 2016 (Fonte: Sistema de Assistência Social - SAS.v.2.5.96.180 -implantado no segundo semestre de 2014).

O presente artigo se encontra dividido em duas partes, sendo, um breve histórico do processo do Golpe de 2016 e suas expressões no SUAS, a fim de refletir sobre os impactos no SUAS com o Golpe de 2016.

A atual conjuntura política do país causa grande preocupação no âmbito das conquistas da Constituição Federal de 1988, Política Nacional de Assistência Social e demais políticas públicas, portanto, torna-se de fundamental importância uma reflexão sobre o processo do Golpe e suas consequências no Sistema Único de Assistência Social.

2. O PROCESSO DO GOLPE

Segundo Aggio (2016) “em termos políticos, um ‘golpe’ pode ser caracterizado como qualquer ação intencional de violação da legalidade que rompa com a representação soberana nas instituições políticas, notadamente no Estado”, portanto, segundo o autor um “golpe de Estado” é entendido como um ato de destituição ilegal e ilegítimo de um governante.

Há vários tipos de golpes de Estado, como aponta o autor Aggio (2016) os que impedem a renovação da representação política, havendo cancelamento de eleições, como ocorreu em 1937 com Getúlio Vargas e o Estado Novo, e, em Cuba com Fulgêncio Batista, em 1952. No regime parlamentar, pode haver golpe palaciano com alterações nas regras de sucessão ou manipulação do andamento político, através de ações conspiratórias, como fez Hitler para conquistar o poder e no regime presidencialista, os golpes geralmente destituem os presidentes com a utilização da força, os quais são clássicos na América Latina, como ocorreu com João Goulart, no Brasil (1964), e Salvador Allende, no Chile (1973), contudo em pleno século XXI há um novo modo de efetivar um golpe; o qual envolve meios políticos, jurídicos e comunicacionais, havendo argumento de não ser golpe, como ocorreu com Manuel Zelaya, em Honduras (2009), Fernando Lugo, no Paraguai (2012) e com Dilma Rousseff, no Brasil (2016).

Bastos (2017. p.11) ressalta que o Brasil, desde sua Independência e proclamação da República apresenta uma história política repleta de golpes ou tentativas de golpes. Importante ser retomado o contexto histórico no qual a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) governou. Anterior ao seu primeiro governo, estava o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) o qual, como expõe Ribeiro (2016, p.12), governou seus dois mandatos retomando a ideologia de Brasil Grande Registrou um expansionismo notável na frente externa. Sua história pessoal já era poderosa mas se tornou celebridade mundial, deixou a presidência com a aura de um governo de inclusão de milhões de brasileiros a certo bem-estar e a uma dignidade cidadã.

Dilma enfrentou uma conjuntura econômica adversa, com a China-dependente, transformado em país primário exportador, o Brasil sofre com o baixo crescimento de mercadorias para exportação, além da crise econômica do capitalismo mundial que vai sendo internalizada, como aponta Ribeiro (2016, p.13).

Em meio às adversidades ocorreu uma mudança de política do governo do PT, com a construção da hidrelétrica de Belo Monte demonstrou adoção de política desenvolvimentista, com grandes projetos de infraestrutura, mas sem

respeito às populações locais e indígenas, nem ao meio ambiente. Ribeiro (2016, p.13) discorre que “em 2013, em São Paulo, a juventude, inconformada com o estado das coisas em sua cidade e no país, sai massivamente às ruas provocada por aumento de tarifa de transportes”.

Souza (2016) expõe ser “importante perceber todo o alcance da aliança entre mídia conservadora e a construção de uma classe média ‘revolucionária’, que tem início em junho de 2013” surge um novo “ator político conservador normalmente discreto e recluso em ‘classe revolucionária’ com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo” (SOUZA, 2016).

Em vez de reclamar a boca pequena, apenas entre amigos, dos rolezinhos dos jovens da periferia de São Paulo, ou do “populismo petista” com os programas de transferência de renda, ou ainda dos aeroportos, “com gente sem educação e que fala alto”, tornando-os mais parecidos a rodoviárias do que aos antes seletivos aeroportos para uma minoria, essa classe, agora, se torna “orgulhosa” de si mesmo (SOUZA, 2016, p. 97).

É observável “o desprezo em relação aos pobres a quem culpam pela própria pobreza – afinal, a culpabilização da vítima permite que não se procure os responsáveis pelo esquecimento secular e pela humilhação diária” (SOUZA, 2016, p.97). O golpe representa segundo Souza (2016, p. 103) a contrarrevolução popular.

Em 2015, a presidente se alinha cada vez mais a soluções econômicas conservadoras para lidar com a recessão, porém sem apoio no Congresso, aumenta a insatisfação. A polarização entre o bloco conservador e o progressista, cresce através das redes sociais e por uma volta às ruas de movimentos de direita.

Em meio a esse cenário nada favorável, completando o momento de ruptura o vice-presidente Michel Temer, acolhe em 2 de dezembro de 2015, o pedido de abertura do processo de impeachment por Eduardo Cunha - presidente da Câmara, e se “afasta do seu compromisso pessoal, institucional e político com a presidente eleita, por meio de uma carta de 7 de dezembro, amplamente divulgada” (RIBEIRO, 2016, p. 14). Segundo Ribeiro (2016, p.14)

ele ali expõe sua ‘absoluta desconfiança’ considerando que ele e seu partido, apesar dos seus esforços, foram alvos do ‘menosprezo do governo’; sendo tratado como um ‘vice decorativo’. A carta era uma declaração de saída do governo, tornando-se livre para posicionar-se e atuar contra a presidente e a favor do impeachment.

Esse seu gesto foi um sinal de que um golpe institucional poderia acontecer visto que “o vice-presidente o apoiaria e tudo seguiria com a aparência de normalidade política e institucional que permitiria afastar, para a opinião pública, a hipótese de que se tratava de um golpe clássico em que a Constituição é abertamente rasgada” (RIBEIRO, 2016, p. 14).

Ribeiro (2016, p.15) ressalta que “estão em jogo a democracia e a República brasileiras e um mandato definido por 54 milhões de eleitores”. Contudo “de um lado, aqueles que denunciam o golpe jurídico, midiático, parlamentar, nomeando as forças que se uniram contra Dilma Rousseff” e do outro, “os que asseguram a maturidade e isenção das instituições republicanas democráticas”.

O ritual na Câmara dos Deputados foi, para os brasileiros, uma triste revelação radiográfica da qualidade dos seus políticos. Esquecidos dos motivos que levavam ao pedido de impeachment da presidente – editar decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e usar verbas de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas “Pedaladas Fiscais” –, muitos aproveitaram o momento extremo de poder e visibilidade para fazer declarações em nome de Deus, suas famílias, seus eleitores e de suas convicções. O ritual estava cumprido. Chegando ao Senado, uma comissão aprova a abertura do processo contra Dilma, e em 12 de maio de 2016, como parte do andamento do processo, a presidente é afastada pelo Senado, por um período máximo de 180 dias, enquanto o julgamento se desdobra. O vice-presidente, que já vinha articulando seu ministério, é empossado na mesma data como presidente interino. A presidente afastada passa a percorrer o país em campanhas políticas contra o impeachment. Um movimento “Fora Temer” se espalha. A liminaridade sobe ao máximo. Dois presidentes: um interino, outra afastada (RIBEIRO, 2016, p.15).

Como destacado acima, durante as votações o povo brasileiro pode observar que “por trás do clima de euforia e algazarra, a sessão na Câmara dos Deputados acabou expondo cruamente para a sociedade brasileira o espetáculo

patético da falta de representatividade e de preparo dos políticos que decidem o destino da nação” (RIBEIRO, 2016, p.16).

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou a instauração do processo de impeachment de Dilma por 367 votos a favor e 137 contra, sendo enviado para o Senado e presidido pelo presidente do STF e em 31 de agosto de 2016, Michel Temer se torna presidente do Brasil, consolidando alianças políticas que haviam perdido a última eleição.

Ribeiro (2016, p.15) expõe que saí “um bloco histórico enfraquecido, comprometido com certas políticas de inclusão, mas que não havia mudado as relações de classe no Brasil nem mudado a cultura política do país” e entra um “bloco histórico fortalecido, comprometido com políticas neoliberais, interessado abertamente em manter as históricas relações de classe brasileiras, os privilégios de sua elite e de sua classe política”.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP lançou o lema: “Não vamos pagar o pato!” a fim de em 2015 rejeitar a elevação de tributos e defender o corte do gasto público, sendo como expõe Bastos (2017, p. 2) a mesma FIESP a se posicionar a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, financiando manifestações e contribuindo com acampamentos de militantes em frente à sua sede na Avenida Paulista.

A política econômica do primeiro governo Dilma atendeu a diversas bandeiras defendidas pela FIESP ao longo dos anos (“nova matriz econômica”): redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada; sendo algumas dessas solicitadas em documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011.

Contudo, no segundo mandato, a presidenta realizou um ajuste fiscal e monetário, atendendo ao clamor de grupos empresariais que se colocaram contra a chamada “nova matriz econômica”. O governo tomou medidas que reforçaram a desaceleração cíclica, as quais não foram acompanhadas de uma campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e convencional da questão perante a opinião pública, permitindo assim, como aponta Bastos (2017,

p.4) “que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando-se como meramente técnico e não como profundamente político”, utilizando o controle dos meios de comunicação para taxar o governo de ‘irresponsável tecnicamente’ e ‘politicamente populista’.

Bastos (2017, p.5) pontua que “a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos tradicionais que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar a perda de popularidade do governo”, enfraquecendo sua governabilidade. Havendo, portanto, políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas com interesse em substituir o governo por algum apto a barrar ou restringir as apurações.

O governo Lula afetou os interesses da classe média, uma vez que a redução da desigualdade parece ter se concentrado na redistribuição da renda entre trabalhadores pobres, de um lado, camadas médias e pequenos empresários, de outro. De acordo com Chauí (2016) “no topo da pirâmide, houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas para 22,5 milhões. Mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões”.

A reprodução social da classe média tradicional sofria uma tensão significativa no momento de ofensiva ideológica e política da direita a partir da segunda fase das jornadas de junho de 2013, principalmente em São Paulo. Além da disputa crescente por um número menor de empregos bem remunerados, as camadas médias tradicionais experimentaram ao longo do tempo mais concorrência por rede de infraestrutura (como aeroportos, rodovias e avenidas) e serviços (como educação e saúde) que consideravam exclusivos, experimentando perda de status social e ameaça à pretensão de distinção cultural (SICSÚ, 2014; CAVALCANTE, 2015).

Assim, o avanço do populismo de direita no Brasil contava com a revolta de camadas médias impensadas pelo custo dos serviços privados, pela carência de empregos e pelo avanço dos de baixo, pelo qual culpavam o populismo e a demagogia dos políticos que compravam apoio popular com políticas sociais que elas custeavam.

Nesse contexto de avanço do populismo de direita no Brasil, é inegável que a revolta contra a corrupção confluiu com os demais focos de insatisfação das camadas médias tradicionais, assumindo centralidade. Paradoxalmente, a questão da corrupção foi manipulada para ajudar a derrubar um governo que contribuía para as investigações e colocar no poder um grupo político corrupto e interessado em barrar as investigações (BASTOS, 2017, p.35).

A rejeição às políticas seletivas de inclusão social ficou clara em pesquisas de opinião com os manifestantes pró-impeachment em 2015. No que tange ao perfil de renda, inserção profissional e educação dos manifestantes, eles estavam acima da média da população brasileira em renda, educação superior, participação de trabalhadores *white collar* e profissionais liberais.

Na manifestação de 12 de abril de 2015 em São Paulo, a pesquisa coordenada por M. Cortês e P. Trópia (2015) pediu que os manifestantes escolhessem três entre quinze iniciativas dos governos do PT que mais os afetaram negativamente. Os mais indicados foram: Bolsa Família (44,5%), Auxílio reclusão a famílias de detentos (43,7%) e os programas de cotas raciais nas universidades públicas (35,6%). Na manifestação de 16 de agosto de 2015 em São Paulo, a pesquisa coordenada por Pablo Ortellado et al. (2015b) atestou que 70,4% dos manifestantes concordava (total ou parcialmente) com a afirmação de que “É justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios” e 79,5% com “Negros não devem usar a cor da pele para conseguirem privilégios como cotas raciais” (BASTOS, 2017, p.35).

Seja como for, as camadas médias tradicionais são a base de massas que votou na oposição à frente neodesenvolvimentista de 2006 a 2014, que se projeta nos xerifes da Lava-Jato e que compareceu, junto a outros grupos minoritários, aos protestos de junho de 2013 e em 2015-2016.

O golpe não teria acontecido sem a politização do judiciário. Ninguém guardou ou defendeu efetivamente a Constituição. Direitos individuais sagrados foram e são profanados. Foi, na realidade, em grande medida, um golpe jurídico – um golpe que articula capitalismo selvagem de rapina e enfraquecimento das garantias democráticas. As perspectivas são de um capitalismo selvagem do saque à riqueza nacional, com um Estado repressivo e policial. Sua execução, no entanto, foi obra de mestres do engodo e da hipocrisia. O ataque à democracia e às garantias constitucionais se deu em nome da justiça e da moralidade (SOUZA, 2016 p131).

Com este breve histórico do processo do Golpe de 2016, pode-se observar a ilegalidade do atual Governo, e os retrocessos que provocou no Sistema Único de Assistência Social.

3. IMPACTOS DO GOLPE DE 2016 NO SUAS

Estamos presenciando o desmonte das conquistas contidas na Constituição Federal de 1988, os direitos sociais se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pelo Governo Temer.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e demais políticas sociais, vivenciam retrocesso em seus recursos com a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 – PEC do Teto dos Gastos Públicos de 2016, que instituiu Novo Regime Fiscal³ que prevê o congelamento dos recursos.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou no dia 19 de julho de 2017 através da Resolução nº 12/2017 a Proposta Orçamentária da Assistência Social no valor de R\$ 59 bilhões para 2018, contudo, o Ministério do Planejamento determinou o limite de R\$ 900 milhões para toda a rede de serviços e programas na área. Não havendo proposta da SNAS para o Ministério do Planejamento, sob a justificativa do teto insuficiente.

Portanto, o Governo Temer anunciou em setembro de 2017, um corte de 98% para o orçamento de 2018 o qual sob fortes pressões, retrocedeu para cerca de 50%. Além dos cortes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de beneficiários/as do BPC, através de fiscalizações e perseguições à população mais vulnerável; nota-se a ampliação do orçamento para os programas com caráter focalizado e fragmentado como o Programa Criança Feliz e o Progredir que infligem o SUAS, ressaltando o primeiro-damismo, o voluntariado, ou seja, o retrocesso das conquistas e a negação dos direitos sociais.

³ Para maiores informações <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

Na sua posse Temer edita a Medida Provisória n. 726/2016, transformada na Lei n. 13.341, que dispõe sobre a reestruturação da presidência da República e dos ministérios. Extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, Cultura; o Ministério da Previdência Social tornou-se uma Secretaria do Ministério da Fazenda e fez junção a junção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o do Desenvolvimento Social (MDS) e como destaca Castro (2018) “é inadmissível a incorporação das funções do desenvolvimento agrário ao MDS”, visto que a “questão agrária no Brasil está relacionada ao modelo de apropriação da riqueza socialmente produzida e dos arranjos produtivos no meio rural” os quais “excluem e submetem à pobreza milhares de pequenos proprietários de terra que vivem basicamente da cultura econômica da subsistência”.

Entre junho e julho de 2017, o Governo Temer excluiu cerca de 543 mil beneficiários do Programa Bolsa Família, maior corte desde sua criação e realizou supressão dos programas Farmácia Popular e Ciência Sem Fronteiras.

Outro grande retrocesso foi à perda das proteções previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT à classe trabalhadora. Em curto prazo, foi aprovada no Congresso a terceirização irrestrita e a Reforma Trabalhista, ambas visam a precarização das relações de trabalho.

O viés neoliberal do Governo Temer causa grande preocupação, além dos retrocessos já citados, entre setembro de 2016 e março de 2017 já havia 103 projetos de privatizações apresentados pelo governo, sendo as principais áreas de infraestrutura, energia e de saneamento. Há plano de privatizar 57 projetos e empresas estatais, incluindo a Casa da Moeda. Como aponta Souza (2016, p. 112) “a ideia é que a riqueza já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses dois crimes que estão sempre verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira”.

No entanto com os cortes orçamentários realizados pelo governo, há previsão de R\$ 1 milhão de recursos para o Programa Criança Feliz, o que aponta a prioridade de um programa pontual em face de um sistema público estatal. Para Sposati (2017) “entende-se que o PCF encontra-se sob violação aos princípios da eficiência e da economicidade na gestão pública” visto que as

ações realizadas já são contempladas na assistência social pelo Paif e pelo Paefi, executadas pelos Cras e Creas, bem como pela rede de serviços socioassistenciais referenciada a estes, portanto, a autora enfatiza que “o PCF sobrepõe ações já previstas pela PNAS 2004”.

O II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) propõe a ampliação progressiva de recursos para a universalização e a integralidade da proteção social na assistência social, o que passa a ser inviabilizado com o congelamento, onde segundo estudos do IPEA estipula a perda progressiva de R\$ 868 bilhões em vinte anos.

O SUAS se encontra presente em todos os municípios e desde sua implantação vem garantindo as seguranças sociais de acolhida, convívio familiar, de sobrevivência a riscos circunstanciais, desenvolvimento de autonomia individual e segurança de renda às pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em situação de abandono (idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, mulheres, crianças, comunidades tradicionais, dentre outros) em territórios urbanos e rurais, tenham seus direitos assegurados. É um sistema complexo, constituído de benefícios de transferência de renda e serviços socioassistenciais públicos, financiados por recursos orçamentários dos três entes federativos.

Com o Governo Temer inicia-se maior fiscalização para verificação da condição socioeconômica da população usuária tanto do Programa Bolsa Família quanto do Benefício da Prestação Continuada – BPC, justificado como um processo de atualização.

É nesse contexto que os (as) assistentes sociais realizam sua intervenção profissional e é a partir desse contexto que sentem na pele, o desmonte do SUAS e se pode afirmar ainda, pela observação do cotidiano profissional, que houve um aumento na demanda de benefícios eventuais (regulamentado pela Lei Municipal nº 1.720 de 29 de outubro de 2014). A análise da incidência desse benefício nos anos 2015 e 2017 - um ano antes e um ano após o Golpe de 2016 – é possível constatar aumento significativo nas demandas e concessões de benefícios eventuais. Ocorreu aumento de 190% na concessão de Auxílio Natalidade; 23% Auxílio Transporte; 32% Auxílio Aluguel

Social; 162% Auxílio Financeiro (Água/Luz); 114% Auxílio Documentação; 22% Auxílio Alimentação. Ao contabilizar todos os tipos de concessão de benefícios eventuais no período verificou –se um aumento de 38%, nas concessões de benefícios eventuais durante 2017, em relação ao ano de 2015, no município de Taquarituba/SP.

Perante tal conjuntura de regressão de direitos o Movimento Nacional em Defesa dos Direitos do SUAS com adesão de organizações de trabalhadores(as), Frentes Nacionais, Movimentos Sociais, organizações e coletivos, organizações em defesa da assistência social e demais direitos sociais se coloca como força de resistência fundamental.

Destarte, faz-se necessária a produção de pesquisas e posicionamento dos profissionais de serviço social visto o risco que se encontram os direitos de cidadania inscritos na Constituição Federal de 1988.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se o desmonte do Estado brasileiro, através de uma agenda neoliberal que em curto prazo vem alterando diversas conquistas sociais presentes na Constituição Federal de 1988.

No entanto, é necessária a organização nos espaços da categoria através do CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns, sindicatos, partidos, entre outros.

Podemos nos posicionar perante o desmonte partindo dos princípios fundamentais do Projeto ético-político profissional - Código de Ética (BRASIL, 1993), onde destaco os seguintes princípios: defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; articulação com os movimentos de

outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Ao defendermos o Sistema Único de Assistência Social, defendemos com ele, os cidadãos sob desproteções sociais em vivência de riscos pessoais e sociais condicionados pela pobreza, ciclo de vida, exclusão do mundo do trabalho, deficiência ou questão de gênero.

Nenhum Direito a Menos! Em defesa do SUAS! SUAS Resiste!

5. REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **Ainda imersos na falácia do golpe**. Disponível em: https://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=2035. Acesso em: 30 Maio 2018.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., p. 1-63, 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: POR QUE gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CASTRO, Ieda Maria Nobre de Castro. **Em defesa da assistência social pública, contra o desmonte da seguridade social**. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/em-defesa-da-assistencia-social-publica-contra-o-desmonte-da-seguridade-social/>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 526-546, dez. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Gramsci, Turner e Geertz. O Fim da Hegemonia do PT e o Golpe. **Revista de @antropologia da UFSCar**, jul./dez. 2016.